

(http://oascentral.atribuna.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/atribuna/noticiasdetalhe/2128312579/Frame1/default/empty.gif693569686746622b65534d4142307ax)

Governo Federal prepara concessão de cinco portos

Serão três novas autorizações, além de duas renovações

DA ESTADÃO CONTEÚDO

01/09/2016 - 13:54 - Atualizado em 01/09/2016 - 14:15

A primeira reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que vai autorizar a lista de concessões e privatizações do Governo, terá cinco empreendimentos em portos, segundo informou o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella.

Serão dois terminais de combustíveis em Santarém (PA) e um terminal para movimentação de trigo no Porto do Rio de Janeiro, além das renovações de duas concessões: do terminal de fertilizantes de Paranaguá (PR) e do terminal de contêineres de Salvador.

O terminal de trigo tem preço mínimo fixado em R\$ 63 milhões e contrato de 25 anos. Em estudos desde 2014, a concessão foi formulada para atender a uma companhia trading que foi desalojada para obras do Porto Maravilha.

As áreas em Santarém tiveram investimentos estimados a princípio em R\$ 13 milhões.

Esses são, segundo a pasta, os empreendimentos novos para os quais há sinais de interesse do setor privado. Em março passado, o Governo cancelou um leilão de áreas em portos no Pará justamente porque havia risco de não aparecerem concorrentes para elas.

"Estamos analisando caso a caso para verificar quais os ajustes que precisam ser feitos em cada um desses estudos, de modo a viabilizarmos esses investimentos da melhor forma possível", informou o ministério.

"Esses ajustes podem se referir à simples atualização de determinados dados e/ou projeções de demanda, ou a mudanças mais estruturantes no desenho que havia sido proposto inicialmente", explicou a pasta.

De todos os modais em infraestrutura, os projetos que estão mais maduros para irem a leilão são os quatro aeroportos: de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre. O Governo está confiante quanto ao interesse do setor privado, sobretudo de investidores estrangeiros, no negócio. O valor mínimo de outorga dos quatro aeroportos, somados, foi fixado em R\$ 4 bilhões.